

#### INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA CONSULTA:

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - para informações relativas à legislação de preservação e procedimentos  
R. Gago Coutinho, 52, 3º andar. Laranjeiras. Tel.: 2976-6626

Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização Urbanística - AP 1 e 2 da Secretaria Municipal de Urbanismo  
3ª Gerência de Licenciamento e Fiscalização - Centro - Rua República do Líbano, 54, 2º andar - para informações relativas à legislação edilícia e urbana vigentes

Coordenação de licenciamento e fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda  
2ª /3ª IRLF (Centro) - Rua Senhor dos Passos, 50

#### INSTITUIÇÕES ÚTEIS PARA PESQUISA:

Arquivo Geral da Cidade (construções até a década de 1920) - Rua Amoroso Lima, 15. Cidade Nova. 2273-3141  
Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Urbanismo (construções a partir da década de 1930) - Av. Monsenhor Félix, 512 - Irajá  
Arquivo Nacional - Praça da República, 173. Tel.:2179-1228  
Fundação Casa de Rui Barbosa - Rua São Clemente, 134 - Botafogo. Tel.:3289-4600  
Biblioteca Nacional - Av. Rio Branco, 219 - Centro. Tel.: 2220-9484 e 3095-3879  
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Av. Augusto Severo, 8/10º andar



# Guia das APACs

Paquetá

01

02

03

04

05

n.06

07

08

09

10

11

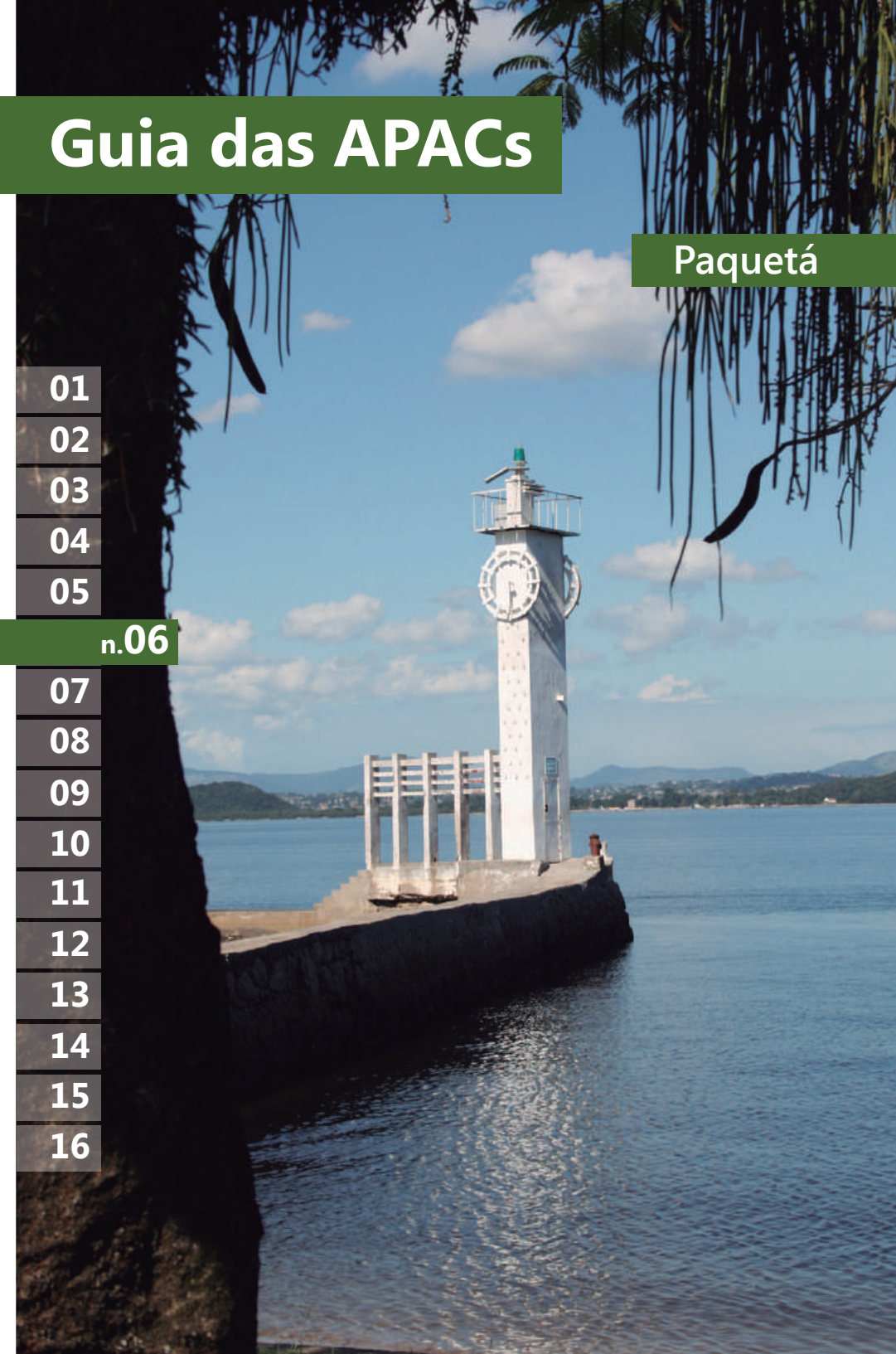
12

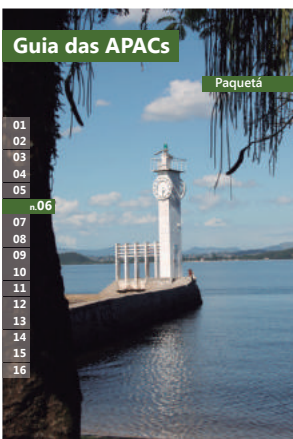
13

14

15

16





Ano II Nº I 2012

## IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Rua Gago Coutinho, 52, 3º andar

CEP: 22.221-070 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 2976-6626 Fax: (21) 2976-6615

[www.rio.rj.gov.br/patrimonio](http://www.rio.rj.gov.br/patrimonio)

### Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

### Vice-prefeito

Carlos Alberto Vieira Muniz

### Secretário da Casa Civil

Guilherme Nogueira Schleder

### Presidente IRPH

Washington Menezes Fajardo

### Coordenadora de Projetos e Fiscalização

Laura Di Blasi

### Gerente de Cadastro, Pesquisa e Proteção

Henrique Costa Fonseca

### Gerente de Conservação e Fiscalização

Luiz Eduardo Pinheiro da Silva

### Textos

Equipe IRPH

### Fotos

Acervo IRPH

### Diagramação / Impressão / Acabamento

Ediouro Gráfica e Editora LTDA.

### Arte-Final

Janaína Fernandes

### Supervisão Gráfica e Editorial

Miguel Paixão

# O que você precisa saber para licenciar obras em APAC?



O folder educativo e de orientação para a realização de obras em imóveis de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural.



Distribuído gratuitamente no IRPH  
Tiragem limitada



## As Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)

Por muito tempo, o único instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil era o do **tombamento**, instituído pelo Decreto-Lei 25/37 para aquilo considerado como patrimônio histórico e artístico nacional e adotado pelas legislações estaduais e municipais. Protegiam-se, assim, bens culturais de valor excepcional, individuais ou conjuntos, mas de grande significado histórico ou artístico.

O Rio de Janeiro deu um passo à frente das demais localidades brasileiras ao criar um instrumento de proteção do patrimônio cultural diferente do tombamento, que conjugava preservação e desenvolvimento urbano: as **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – (APAC)**.

A criação das APACs, na cidade do Rio de Janeiro, teve início com o Projeto Corredor Cultural, em 1979, transformado em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983, e pela Lei 506/84, reformulada posteriormente pela Lei no 1.139/87. Esse projeto propôs a proteção das características arquitetônicas de fachadas, volumetrias, formas de cobertura e prismas de claraboias de imóveis localizados na Área Central de Negócios que não haviam sido alvo da ação renovadora do ambiente urbano que atingira o local nas décadas de 50 a 70 do século passado.

Em 1984, três outras áreas urbanas tiveram legislações específicas, com o nome de APA (Área de Proteção Ambiental)<sup>1</sup>, a saber: bairro de Santa Teresa, Projeto SAGAS (bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro) e Rua Alfredo Chaves, no Humaitá. A partir de então, outras tantas foram sendo criadas até atingirmos o número de 33, aí se somando as Áreas de Entorno de Bens Tombados.

Com a edição do primeiro Plano Diretor Decenal da cidade (1992), a APA se transforma em APAC, ficando aquela denominação apenas para os ambientes naturais.

Uma APAC é constituída de bens imóveis – casas térreas, sobrados, prédios de pequeno/médio/grande portes – passeios, ruas, pavimentações, praças, usos e atividades, cuja ambiência em seu conjunto (homogêneo ou não), aparência, seus cheiros, suas idiosincrasias, especificidades, valores culturais e modos de vida conferem uma identidade própria a cada área urbana.

Através da criação de uma APAC, a legislação urbana estabelece imóveis que poderão ser **preservados** (fachadas, coberturas – formas e materiais, volumetria, claraboias e outros elementos arquitetônicos relevantes); outros, **passíveis de renovação**<sup>2</sup>, que poderão até ser substituídos, dentro de parâmetros que respeitem a ambiência preservada. A legislação da APAC pode, também, estabelecer novos parâmetros urbanos como, por exemplo, gabaritos para a área, atividades e usos adequados e condições de parcelamento do solo. Assim, criam-se as condições necessárias para que a cidade possa garantir sua memória urbana, preservando sua imagem cultural e, ao mesmo tempo, fomentando a adaptação da cidade à contemporaneidade. A APAC não é um instrumento saudosista, mas culturalista, acumulativo, permitindo que novos valores e significados possam ser agregados à identidade urbana, promovendo a dinâmica vital da cidade.

<sup>1</sup> Regulamentada pelo Decreto 7.612/88.

<sup>2</sup> Cf. PLANO DIRETOR DECENAL, Lei Complementar 111/2011.

Dentro do IRPH, a Gerência de Conservação e Fiscalização, através de seus três Escritórios Técnicos, tem a atribuição de promover a preservação desse patrimônio, através de um trabalho cotidiano de GESTÃO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL e FISCALIZAÇÃO.

Nosso trabalho consiste na análise das intervenções físicas em todos os imóveis situados nas APACs, com a orientação direta aos moradores, proprietários e profissionais quanto à melhor forma de se manter, conservar e reformar tais imóveis e acompanhando as obras; fiscalizando as áreas urbanas e, também, propondo maneiras mais adequadas de se manter o ambiente protegido com condições de habitabilidade.

Na cidade do Rio de Janeiro existem 33 APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados (AEBT), cujas gestões se distribuem pelos três Escritórios Técnicos. O 1º Escritório Técnico abrange a APAC do Corredor Cultural. O 2º Escritório Técnico se estende desde o Centro e Santa Teresa até a Zona Oeste, passando pela Ilha de Paquetá. Por fim, o 3º Escritório Técnico tem, sob sua tutela, as APACs dos bairros da Zona Sul. Vale ressaltar que qualquer que seja a intervenção pretendida para as edificações, até mesmo uma simples pintura externa ou a colocação de um letreiro, assim como transformação de uso, esta deve ter a licença da prefeitura.

Portanto, quem desejar restaurar, conservar, reformar ou construir um imóvel dentro das APACs deve procurar um dos nossos Escritórios Técnicos e receber todas as orientações pertinentes para que seu projeto esteja em conformidade com as diretrizes da preservação dos bens culturais.

Arquiteto Luiz Eduardo Pinheiro da Silva – Gerente de Conservação e Fiscalização.

## SUMÁRIO

<b>EVOLUÇÃO URBANA</b> .....	03
<b>PAQUETÁ - UMA APAC DO ROMANTISMO</b> .....	06
<b>BENS TOMBADOS PELO DECRETO n. 17.555/1999</b> .....	10
<b>BENS PRESERVADOS PELO DECRETO n. 17.555/1999</b> .....	13
<b>BENS TOMBADOS POR DECRETOS ESPECÍFICOS NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO</b> ____	14
<b>MAPA</b> .....	16



Praia José Bonifácio

### Primórdios – a doação das sesmarias

Desde o século XVI, a ilha de Paquetá já aparecia como referência na cartografia francesa sobre o Rio de Janeiro com essa denominação. O registro foi feito por André Thévet, cosmógrafo da expedição de Villegaignon, em data anterior à própria fundação da cidade.

O significado do termo Paquetá sempre gerou muitas dúvidas e polêmicas entre os historiadores: área com muitas conchas ou área com muitas pedras ou, ainda, área com muitas pacas.

A ilha foi um dos principais focos da resistência francesa à expedição de Estácio de Sá, que tinha como uma de suas principais missões expulsar esses invasores das novas terras. No entanto, foi nas águas de Paquetá que ocorreu uma das principais batalhas da vitória portuguesa. Logo após Estácio de Sá fundar a cidade do Rio de Janeiro, ele incluiu Paquetá na relação das terras a serem doadas aos seus aliados. A ilha foi dividida em duas sesmarias. A parte norte foi destinada a Inácio de Bulhões; e a parte sul, a Fernão Valdez. O lado sul da ilha teve colonização mais rápida, e o lado norte caracterizou-se pela formação da Fazenda São Roque com extensa área agrícola.

### Séculos XVII e XVIII - a construção das capelas

Foi erguida na Fazenda São Roque, em 1698, a primeira capela da ilha, a capela de São Roque. Até então a comunidade tinha que atravessar até Magé para participar dos cultos religiosos. Mesmo com a Capela de São Roque, Paquetá ainda continuava vinculada, eclesiasticamente e administrativamente, à Freguesia de Magé.

Em 1763, em terras de um proprietário local do sul da ilha, foi construída outra Capela, a do Senhor Bom Jesus do Monte, com a condição de que se tornasse uma paróquia local, desvinculada da Freguesia de Magé. No entanto, a construção de uma segunda capela gerou rivalidades internas na região. Qual seria a matriz: São Roque ou Bom Jesus? Gerou também protestos em Magé, que não queria perder o vínculo com a ilha. Em 1771, Paquetá foi novamente integrada à Freguesia de Magé.

### Século XIX – as visitas da Família Real e a popularização da ilha

Com a vinda da Família Real para o Brasil e o interesse de D. João VI por Paquetá, foi criada, finalmente, a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte por alvará especial do Príncipe Regente.

D. João VI começou a visitar a ilha no mesmo ano em que chegou ao Brasil, elevando o status de Paquetá junto à Corte e à população da cidade. Desde então, a região acentuou sua ocupação. Várias personalidades importantes passaram então a frequentar ou mesmo morar em Paquetá - como José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, que em 1829 afastou-se da Corte e, por motivos políticos, exilou-se em Paquetá.

Com o crescimento do município, Paquetá passou a exercer um papel importante como produtora de pedras e cal para as construções da cidade. Não se sabe ao certo quando começou a atividade caieira na ilha, mas perdurou até o início do século XX.

Em 1833, por decreto Imperial, Paquetá ficou totalmente independente de Magé e passou a pertencer ao município da Corte.

Um dos fatores que ajudou a popularizar a ilha de Paquetá, na época do Império, foi o funcionamento regular da linha de barcas a vapor, a partir de 1838. Até o século XIX, as comunicações entre a ilha e o continente não eram regulares, as travessias eram lentas, sujeitas às condições do mar e dos ventos, sendo que, quando a viagem era para o Rio, dificilmente a volta poderia ser no mesmo dia. As embarcações eram faluas, chalupas e até mesmo canoas. No recenseamento de 1838, Paquetá aparecia com 1.517 habitantes.

Outro fato importante foi o lançamento do romance *A Moreninha*, em 1844. Apesar de não se encontrar nenhuma alusão à ilha no livro de Joaquim Manuel de Macedo, as descrições dos locais onde desenrolava-se a trama coincidiam com as paisagens de Paquetá, fazendo, assim, os leitores a associação. É considerado um dos primeiros (talvez o primeiro) romances do Romantismo brasileiro.

### Século XIX – as chácaras

Segundo Maurício de Abreu, no século XIX, as fazendas mais próximas do centro da cidade começaram a ser retalhadas em chácaras, que, no início, foram reservadas às atividades de fim de semana das classes dirigentes, transformando-se, mais tarde, em local de residência permanente. Paquetá seguiu a mesma linha, aos poucos suas terras foram subdivididas através de compra ou de herança. Depois disso, as terras foram sendo fracionadas em diversas chácaras como: a do Castelo, a dos Coqueiros, a do Vinte, a dos Cajueiros, a Hill-Crest, uma sem nome (entre as ruas Padre Juvenal e Maestro Anacleto), a da Moreninha, a Chácara Amarela e a Chácara do Marechal, entre outras. Ao sul da ilha, a única chácara cujos contornos chegaram praticamente intactos aos nossos dias foi a chácara do Morro da Cruz, atual Parque Darke Mattos.



Praia das Gaivotas

## Final do século XIX - a Revolta da Armada

Em 1893, a Marinha de Guerra deflagrou um movimento insurrecional contra o governo do marechal Floriano Peixoto. Paquetá foi, involuntariamente, base de operações para os revoltosos, ficando isolada do Rio de Janeiro por seis meses. Muitas famílias tiveram que afastar-se da ilha. As baixas foram intensas e, ao final da revolta, muitos paquetaenses foram severamente punidos, sob o argumento de que teriam colaborado com os revoltosos. Um período triste na história do bairro.

## Século XX

Em 1908, foi inaugurado um sistema de captação de águas do Alto Suruí, município de Magé, e adução por dutos submarinos até Paquetá, na ponta do Lameirão. Mais tarde, foi ainda construída uma elevatória para levar as águas até o Morro do Marechal, de onde passou a ser distribuída para as diversas partes da ilha. Os antigos moradores de Paquetá não dispunham de fontes naturais e se utilizavam de poços para seu abastecimento. O poço de São Roque foi, certamente, o mais famoso pela qualidade de suas águas e pelas suas lendas. Atualmente, o serviço é prestado pela Cedae.

O sistema de coleta e tratamento de esgotos em Paquetá foi pioneiro no Brasil e concluído em 1912 pela Companhia City Improvements, empresa inglesa concessionária da exploração destes serviços no Rio de Janeiro. O sistema atual é moderno e faz parte das obras do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara.

A iluminação das ruas, assim como o serviço de distribuição de eletricidade às residências, foi inaugurada em 1920 pela firma Light&Power, por intermédio de cabos submarinos vindos de Bonsucesso.

Após a Segunda Guerra, muitas famílias tradicionais da ilha mudaram-se para o continente. Suas casas foram vendidas e seus terrenos desmembrados. O crescimento populacional da ilha, o aumento do valor da propriedade imobiliária, as constantes partilhas por herança s

ça e a maior incidência dos tributos incentivaram e aceleraram a subdivisão das propriedades paquetaenses. Em 1940, são tomadas as primeiras medidas preservacionistas, visando a proteção dos aspectos pitorescos e estéticos da ilha e de suas condições de salubridade. Atualmente, a legislação estabelece dimensões mínimas para os lotes do bairro.

Em 1961, o governador do estado da Guanabara criou o Distrito Administrativo de Paquetá. Em 1975, com a fusão da Guanabara e do Rio de Janeiro, a ilha de Paquetá passou a ser um bairro do município do Rio de Janeiro, constituindo a XXI Região Administrativa, vinculado à subprefeitura do Centro da cidade.

## Paquetá na atualidade

Paquetá pertence a um arquipélago situado no fundo da Baía de Guanabara. Caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial e turístico e seu acesso só é possível através de embarcações. No interior da ilha não é permitida a circulação de carros particulares.

A ilha está ainda dividida em duas áreas: o Campo (nome herdado do campo da Fazenda São Roque) e a Ponte (nome associado a ponte de atracação das barcas). Essa subdivisão da ilha é importante na cultura local e foco de rivalidade dos times de futebol, blocos de carnaval etc.

O bairro é habitado principalmente por pessoas que trabalham no Rio e só voltam à noite, ou por pessoas que exploram a ilha turisticamente: comerciantes, cocheiros, barqueiros etc., mas há ainda alguns pescadores. Nos fins de semana e nas férias, a ilha recebe bom número de turistas.





*“Em Paquetá, se a lua cheia  
Faz renda de luz por sobre o mar  
A alma da gente se incendeia  
E há ternuras sobre a areia  
E romances ao luar”*

*(Braguinha/Alberto Ribeiro – Fim de semana em Paquetá)*

A letra da famosa música de Braguinha (João de Barro) e Alberto Ribeiro mostra o caráter romântico que a ilha carrega.

A bela ilha de Paquetá tem alguns apelidos carinhosos e curiosos. É também conhecida como Pérola da Guanabara e ainda Ilha dos Amores. Reza a lenda que esta última alcunha lhe teria sido dada por D. João VI, o príncipe regente, ainda nas primeiras décadas do século XIX.

Os artistas também encantaram-se com Paquetá, como os pintores Pedro Bruno (nascido e criado em Paquetá), João Batista Castagnetto, Pedro Alambari e Nicolau Facchinetti. Consagrada na literatura, na música e na cinematografia, possui testemunhos inegáveis da sua importância cultural.

Ainda hoje, Paquetá fascina moradores e visitantes por sua tranquilidade e seu peculiar patrimônio cultural e urbanístico, caracterizado pelo bucolismo das edificações, pela riqueza da arborização e pela calma de suas ruas. O valor paisagístico das suas matas, praias, parques e do casario existente na ilha justificou sua transformação em **Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)** pelo **Decreto 17.555 de 18/05/99**.

Desde 1986, a ilha se encontrava com seus bens imóveis e paisagísticos protegidos, quando a Prefeitura do Rio de Janeiro criou o Decreto 6.160, determinando seu tombamento provisório até que se elaborassem os estudos para a criação da uma APAC.

Apenas poucas ruas no entorno da estação das barcas são pavimentadas em paralelepípedo, pois é característica da ilha suas ruas de terra onde, exceto pelas viaturas oficiais, não circulam automóveis, sendo o transporte composto principalmente por charretes e bicicletas. Essas ruas de terra, somadas à arborização que surge ora nas calçadas, ora no meio das ruas e às casas tipicamente paquetaenses, caracterizam o ambiente construído da ilha.

Sua arquitetura, que tende para o rústico e pitoresco, é composta quase exclusivamente por casas que atingem, quando muito, dois pavimentos. Mesmo os poucos edifícios de apartamentos, prédios comerciais e hotéis da ilha não são mais altos. Destacam-se os chalés românticos, o casario eclético, casas corridas do tipo porta e janela, casas e casarões de arquitetura historicista, sobretudo do gosto neocolonial e até alguns bons exemplares modernistas.

Sendo assim, Paquetá que é um bairro e uma ilha, também é um subúrbio bastante peculiar da cidade do Rio de Janeiro. Muitas das suas características aqui descritas são comuns aos tradicionais subúrbios cariocas cortados pela estrada de ferro. Mas essas semelhanças não são apenas físicas, não são apenas os muros baixos. Viver em Paquetá também é tratar a rua como uma extensão de sua própria casa, é apropriar-se, devidamente, de suas ruas, praças, largos e praias, como se estivesse em seu próprio quintal. É convidar o olhar da rua à privacidade de suas casas. No entanto, se há esses traços em comum com os subúrbios, também não lhe fogem particularidades: os hábitos insulares como a pesca, o passeio de barco e de bicicleta. É saber de cor os horários das barcas e conhecê-las pelos nomes.



## Característica da arquitetura

### Casas de chácara

Durante o século XIX, as fazendas de Paquetá foram divididas em chácaras que, aos poucos, foram também sendo fracionadas em lotes menores. Ainda assim, algumas poucas edificações permaneceram, apesar do loteamento da propriedade original. Essas construções são geralmente térreas ou sobre porões e guardam características arquitetônicas que remetem ainda a casas tradicionais portuguesas, embora devido aos anos, já possam ter sofrido modificações.



Praia das Gaivotas, 796

### Chalés

Talvez devido ao seu caráter romântico, os chalés se tornaram uma identidade da Ilha dos Amores. Muitos desses podem ser vislumbrados por toda a ilha, entre os quais, a popular Casa da Moreninha, tombada, uma referência ao conhecido romance de Joaquim Manuel de Macedo. O chalé é normalmente uma construção térrea, com telhado de duas águas bastante inclinado à empena da tesoura voltada para a fachada frontal.



Praia José Bonifácio, 127



Rua Manuel Macedo, 429

## Arquitetura vernacular ou popular

É correto afirmar que as casas térreas, de arquitetura singela, são a tipologia mais comum da ilha. As mais antigas, de pouca ornamentação e chamadas do tipo porta e janela, datam do século XIX e abrigaram provavelmente famílias nativas da ilha que viviam em função da pesca ou da atividade caieira. Posteriormente, no final do século XIX e princípio do XX, surgem residências com características que remetem ao gosto eclético, influenciadas pela arquitetura do centro da capital do país. Ainda algumas residências com influência da arquitetura historicista, principalmente do gosto neocolonial, surgiram durante as décadas de 1920 e 1930.



Rua Maria Freire, 23



Rua Príncipe Regente, 44, 46 e 48



Praia das Gaivotas, 190

## Casarões

A partir, principalmente, do início do século XX e até meados da década de 1940, muitas grandes residências da classe média foram construídas na ilha, principalmente nos lotes de frente para o mar da Baía de Guanabara. Apresentando traços de diversos gostos arquitetônicos: normando, eclético e, predominantemente, neocolonial, tais casarões são referência arquitetônica em Paquetá. Estes se caracterizam por serem de até dois pavimentos, afastados das divisas e, muitas vezes, possuírem edículas que serviam à moradia de caseiros, zeladores, empregados ou garagem para barcos.



Praia Grossa, 26



Praia dos Tamoios, 349



**Ilhas e ilhotas de Braço Forte, Brocoió, Casa da Pedra, Comprida, dos Ferros, das Folhas, Juru-  
baibas, dos Lobos, do Manguinho, Pancaraíba, Pedras Coções, Pita, Redonda, do Sol, Tabacis,  
Tapumas de Baixo, Tapumas de Cima, Trinta Reis e as pedras e lajes entre elas situadas**



Zeca Linhares

A ilha de Paquetá e as ilhas e ilhotas em seu entorno se firmaram como área de lazer, embora no passado tenham tido seus recursos naturais muito explorados.

**Cemitério Municipal de Santa Luíza**, na Rua Manoel de Macedo



Foi inaugurado em meados do século XIX. No início do século seguinte, o pintor Pedro Bruno foi oficialmente nomeado zelador artístico do cemitério, sendo responsável pelo seu singular paisagismo. Destaca-se a capela feita totalmente em pedras. Apesar de ser um cemitério, o ambiente é de paz e acolhedor. Abriga o Mausoléu da Marinha, em homenagem aos seus mortos na Revolta da Armada.

**Relógio do clube de funcionários da Mesbla**, junto ao mar, em frente ao n° 796 da Praia das Gaivotas



Monumento ao século XX que reproduz, em menor escala, a torre com relógio da extinta Loja Mesbla. Era parte da colônia de férias dos funcionários dessa empresa.

**Parque Darke de Matos**, na Praia José Bonifácio



Sua origem foi uma chácara antiga ao sul da ilha. O parque possui árvores centenárias, jardins, trilhas e mirantes.

**Parque dos Tamoios**, na Praia do Tamoios



Uma homenagem de Pedro Bruno aos índios Tamoios, antigos ocupantes da Baía de Guanabara. Neste parque, ajardinado e com pérgulas, encontra-se um monumento a Carlos Gomes, antigo frequentador de saraus na ilha.

**Igreja de Bom Jesus do Monte**, na Praia dos Tamoios, 45



É a igreja matriz da Paróquia de Paquetá. A construção original data de 1763, sendo sua última reforma feita por volta de 1900.

**Igreja de São Roque**, na Praia de São Roque



Construída em 1698, sofreu alterações em períodos subsequentes. São Roque era o santo padroeiro dos proprietários da Fazenda de São Roque, passando a ser também dos habitantes da ilha.

**Chalet**, na Praia das Gaivotas, 44



Edificação pitoresca de inspiração romântica. Destacam-se os lambrequins na fachada. Conhecida como Casa da Moreninha.

**Esculturas, fontes, bancos e demais elementos construtivos, paisagísticos e de mobiliário urbano de autoria de Pedro Bruno**



De autoria do pintor Pedro Bruno, morador local, estão localizados em diversos logradouros públicos da ilha de Paquetá.

**Conjunto arquitetônico** na Rua Padre Juvenal, 4



Catherine Gallois

O Conjunto Residencial Paquetá, obra de arquitetura moderna de Francisco Bolonha, foi construído pela Prefeitura do Rio de Janeiro através do Departamento de Habitação Popular e inaugurado, em 1952, como opção de moradia para a população de baixa renda que vivia em péssimas condições de salubridade bem como funcionários municipais de salário mínimo.



## Edificações

Rua Adelaide Alambari: 5, 135, 161, 251; 80, 248, 268, 278

Rua Alambari Luz: 139, 155, 165, 199, 209, 247, 259, 271, 281, 281 c/3, 295, 299, 371, 381 405, 565, 581, 615, 641; 18, 24, 30, 104, 146, 164, 176, 176 fundos, 240, 260, 288, 378, 388, 398, 43; 444, 472, 726

Praça Bom Jesus: 15; 12, 12A, 12B, 12C, 18, 40

Praia do Catimbau: 51, 73, 111, 141, 177, 195, 231

Rua Cerqueira: 39, 41, 45, 45 fundos, 59, 63, 75; 16, 52, 54, 72, 74, 92, 96

Rua Coelho Rodrigues: 7, 27, 39, 59, 165, 175, 179, 203; 4, 34, 34 fundos, 48, 48 fundos, 116, 124, 170, 198, 210

Rua Comandante Guedes de Carvalho: 206

Rua Comendador Lage: 101 fundos; 30, 32, 40, 42, 44, 50, 52, 56, 58, 60

Travessa Dona Polucena: 11

Rua Doutor Lacerda: 15, 25, 27, 35 59, 63; 10, 14, 18, 36, 36A, 38, 38A, 38 fundos, 44, 48, 48 fundos, 52, 54, 56, 58

Travessa Dois Irmãos: 4

Rua Dois Irmãos: s/n.º (Cedae), 11, 55, 57, 67, 75; 10, 20, 28, 32, 36, 38, 102

Rua Domingos Olímpio: 23, 31, 57, 57A, 57B; 34, 38, 42, 54

Praia Doutor Aristão: 18, 226

Rua Feliciano Borges: 7; 10, 30

Rua Frei Leopoldo: 43; 24, 44, 64 (101/102)

Rua Furquim Werneck: 129, 145, 175, 187, 199 (101/102), 205 (c/1, c/2, c/3), 207 (vila: II, IV, VI, VIII), 213, 239; 52, 60, 66, 70, 86, 110A, 110B, 110C, 110D, 110E, 152, 180A/B, 198, 230, 252

Praia das Gaivotas: 44, 104, 166, 190, 204, 246, 278, 298, 302, 634, 670, 760, 796, 916

Praia Grossa: 26, 42, 44, 58

Rua Guimarães Passos: 21, 29, 35, 37; 12, 16, 24, 26

Praia da Imbuca: 20, 24, 28, 36, 42, 46, 50

Praia Jose Bonifácio: s/nº (Cedae), 59, 67, 71, 75, 77, 105, 119, 127, 135, 143, 149, 151, 159, 161, 165, 169, 173, 175, 179, 187, 191, 219

Rua Luís Andrade: 1, 3, 5, 11 (101), 61; 34, 36

Rua Maestro Anacleto: 65, 65B, 121, 131, 145, 191, 229, 281, 319, 331; 18, 86, 98, 130, 184, 192, 222, 242, 320

Praia Manuel Luís: 1, 15, 31, 43, 45, 195

Rua Manuel de Macedo: 51, 75, 87, 109, 121, 133, 283, 327, 343, 347, 351, 357, 419, 461, 477 c/1, 429, 491, 521, 531; 36, 70, 84, 98, 118, 126, 250, 264, 340, 380, 428, 460, 468, 494

Rua Maria Freire: 23, 29, 31, 33, 39; 48

Rua Padre Juvenal: 1, 3, 5, 11, 21, 71, 73, 75; 4, 28, 34, 42, 44, 48, (101/102), 48A (I, II, III)

Travessa do Pescador: 15, 17, 21; 4, 6

Rua Pinheiro Freire: 19, 27, 31, 33, 43, 51, 61, 65, 67, 69, 69 fundos; 30, 56, 92

Praia Pintor Castagneto: 82, 156, 178, 206, 304

Rua Príncipe Regente: 3, 35, 39, 55, 57, 61, 73, 75, 81, 89; 26, 44, 46, 48, 50, 82, 84, 94

Praia de São Roque: 25, 31, 35

Praia dos Tamoios: 45, 125, 125A, 149, 161, 207, 221, 243, 295, 313, 341, 349, 375, 411, 419, 425, 445, 449, 465, 477, 505, 515, 557, 567, 599, 641, 661, 675, 689, 705, 735, 751, 787, 789, 837, 1291; 1222

Rua Tomaz Cerqueira: 31, 69, 71, 73, 89, 93, 93A, 95, 97, 99, 101; 40, 52, 120, 124, 178

Ladeira do Vicente: 11

Rua Vivaldo Coaracy: 28, 46, 64

## Morros

Morro do Castelo

Morro Constallat

Morro da Covanca

Morro da Cruz

Morro das Paineiras

Morro das Pedreiras

Morro São Roque

Morro do Veloso

Morro do Vigário



**Solar de D. João VI - Biblioteca Popular de Paquetá**, na Rua Príncipe Regente s/nº - Tombamento em 5 de maio de 1938 - Livro Belas Artes Vol. 1 - Inscrição nº 48 (F)



Conhecido como Solar Del-Rei por ter servido de residência de verão de D. João VI, pertenceu a Francisco Gonçalves da Fonseca, oficial de milícias e negociante de escravos. Funciona no local, atualmente, a Biblioteca Popular de Paquetá.

**Casa de José Bonifácio**, na Rua José Bonifácio, 119 - Tombamento em 13 de abril de 1938 - Livro Histórico Vol. 1 - Inscrição nº 11 (F)

Edificação na ilha de Paquetá onde morou José Bonifácio de Andrada e Silva, primeiro ministro de Pedro I e tutor de D. Pedro II. Foi destituído do cargo em 1833 pelo regente Diogo Antônio Feijó. Abandonou então a vida política e passou seus derradeiros anos na ilha de Paquetá.

#### **Praias de Paquetá**

Tombamento em 30 de junho de 1938 - Livro Histórico Vol. 1 - Inscrição nº 69 e Livro Belas Artes Vol. 1 - Inscrição nº 152 (F)

O tombamento inclui toda a orla da ilha por seu valor histórico e paisagístico.

**Conjunto composto por 10 árvores em ruas de Paquetá** - Tombamento em 22 de novembro de 1967 - Dec. 1.902/67 (E)



**Amendoeira**, na Praia dos Tamoios, esquina com a Ladeira Vicente

**Baobá "Maria Gorda"**, na Praia dos Tamoios, em frente ao nº 125

**Mangueira**, na Rua Tomás Cerqueira, 73

**Mangueira**, na Rua Padre Juvenal, em frente ao nº 44

**Tamarineira**, na Praia José Bonifácio, em frente ao nº 221

**Jaqueira**, na Rua Comandante Guedes de Carvalho, em frente aos fundos do terreno nº 199

**Mangueira** - Rua Comandante Guedes de Carvalho

**Mangueira**, na Rua Frei Leopoldo esquina com Rua Manuel Macedo, 87

**Algodoeira**, na Praia na Praia Marechal Floriano, início

**Tamarineira**, na Praia Marechal Floriano, em frente ao nº 258.c Praia na Praia Marechal Floriano, início



**Coreto**, na Praça São Roque - Tombamento em 16 de dezembro de 1985 Processo E-18/300288/85 (E)



Zeca Linhares

O coreto da Praça São Roque é feito de alvenaria e possui colunas toscanas, beiral arrematado em lambrequins, guarda-corpo em cobogós cerâmicos e embasamento revestido em pedra.

**Pedra da Moreninha** - Tombamento em 19 de junho de 1985 Proc. E- 18/300.030/84 (E)

Além da finalidade de resguardar a beleza natural do local, o tombamento da pedra da Moreninha celebra o romantismo presente na obra de Joaquim Manoel de Macedo. O romance "A Moreninha" insere a paisagem na imaginação do povo e na cultura da cidade.

**Pedra dos Namorados** - Tombamento em 19 de junho de 1985 Proc. E- 18/300.030/84 (E)

A Pedra dos Namorados, consagrada há tempos como patrimônio cultural pela população de Paquetá, originou a seguinte lenda: uma pessoa apaixonada deve jogar ali três pedrinhas; se ao menos uma permanecer sobre a pedra seu amor estará garantido para sempre.

#### **Ilha de Brocoió**

Decreto "E" 872, de 15 de outubro de 1965 (E)

**Escola Municipal Pedro Bruno**, na Rua Padre Juvenal, 74 - Tombamento pelo decreto 9.414 de 21 de junho de 1990 (M)



O palacete em estilo neoclássico foi a terceira e última sede da Fazenda São Roque. Construído pelo comendador Cerqueira, foi adquirido pela prefeitura, passando a abrigar escolas a partir de 1960. Está situado na Praça São Roque s/n.

